DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 288/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/21251/2015
PROTOCOLO	: 1648193
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO/MS
ORDEN. DE DESPESAS	: LEONEL LEMOS DE SOUZA BRITO
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 170/2015
RELATORA	: CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
CONTRATADA	: HOUSETECH INFORMÁTICA LTDA. ME.
PROCED. LICITATÓRIO	: CONVITE Nº 16/2015
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS PARA ATENDER A DEMANDA DOS CIES, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BONITO/MS.
VALOR DA CONTRATAÇÃO	: R$ 49.683,40 (QUARENTA E NOVE MIL SEISCENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

DECISÃO SINGULAR. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. REGULARIDADE.

Versam os presentes autos sobre o Contrato Administrativo n.º 170/2015, formalizado entre a **Prefeitura Municipal de Bonito/MS** e a empresa **Housetech informática Ltda. ME**, objetivando a aquisição de materiais educativos para atender a demanda dos CIES, da Secretaria de Educação do Município de Bonito MS, com valor contratual no montante de R$ 49.683,40 (quarenta e nove mil seiscentos e oitenta e três reais e quarenta centavos).

Para tanto, a modalidade licitatória adotada foi o Convite nº 16/2015.

Nesta fase processual objetiva-se analisar a legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização do contrato (1ª e 2ª fases).

Em razão da análise de toda documentação acostada, a

Equipe Técnica da 6ª Inspetoria de Controle Externo emitiu sua Análise ANA –6ICE – 865/2016, opinando pela ***regularidade*** e ***legalidade*** do procedimento licitatório e da formalização do contrato administrativo.

Por sua vez, o ilustre representante Ministerial, em seu Parecer PAR-MPC – GAB. 6 DR.JAC – 19847/2016, concluiu pela ***legalidade*** e ***regularidade*** do procedimento licitatório e da formalização do contrato.

Vieram os autos a esta Relatoria para Decisão.

É O RELATÓRIO.

Impende inicialmente destacar, conforme consta dos autos, que a presente análise recai sobre a **regularidade** e **legalidade** tanto do procedimento licitatório quanto da formalização do contrato (1ª e 2ª fases).

Constata-se assim, por meio da documentação juntada, que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos quanto à regularidade da matéria relativa ao procedimento de licitação e também quanto à formalização do Contrato Administrativo n.º 170/2015.

Mediante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, e acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspetoria e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de**:**

1) Declarar a ***regularidade*** do procedimento de Convite nº 16/2015 (**1ª fase**), nos termos do art. 120, inciso I, da Resolução Normativa n.º 76 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar n.º 160/12;

2) Declarar a ***regularidade*** da formalização do Contrato Administrativo n.º 170/2015 (**2ª fase**), nos termos do art. 120, inciso II, da Resolução Normativa n.º 76 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar n.º 160/12;

3) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, § 2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais, observando-se que, após, devem os autos ser encaminhados à inspetoria competente para análise da execução contratual (3ª fase).

Campo Grande/MS, 15 de maio de 2017.

Cons. MARISA SERRANO

RELATORA

wal